

POPULAÇÕES EM VULNERABILIDADE SOCIAL EM CONTEXTO URBANO E RURAL

Larissa Passos GONÇALVE¹; Letícia Stefany ROCHA¹; Adrian MARTINS¹

1. Centro Universitário São Lucas Porto Velho

Este projeto está sendo desenvolvido pela aluna Larissa Passos Gonçalves, Letícia Rocha e Adrian Mikael que apresenta as principais dificuldades encontradas por famílias em vulnerabilidade em Porto Velho/RO no contexto urbano e rural. A cidade em pesquisa apresenta 369.259 mil habitantes. De acordo com a sociologia e a filosofia vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão a margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos. A vulnerabilidade social pode ser caracterizada por condições precárias de moradia e saneamento básico, meios de subsistência inexistentes e a ausência de um ambiente familiar. As pessoas consideradas vulneráveis sociais são aquelas que não tem um espaço na sociedade e dependem de um auxílio que vem de terceiros. Não significa ser sinônimo de pobreza mas sim uma fragilidade socioeconômica. No Brasil 11.425.644 pessoas vivem em sub-habitações (IBGE, 2010), sendo que entre o anos de 2000 a 2007 mais de 1,5 milhões de pessoas foram afetadas por algum tipo de desastre natural (Santos, 2007). Esta situação é agravada em função do crescimento populacional, especialmente da população de baixa renda, principal vítima da especulação imobiliária (SPOSITO, 1988). A cidade de Porto Velho se insere na fronteira de expansão do capital nacional. Trata-se de uma cidade média cujo processo de ocupação pode ser dividido, segundo Nascimento (2010), nas seguintes fases: (a) o período extrativista gomífero, seguido por breve tempo de relativa estagnação econômica e demográfica; (b) o ciclo dos projetos de colonização 32agrícola que impulsionou o florescer do núcleo urbano de Porto Velho, sendo boa parte dos serviços públicos que administravam os projetos fundiários foi implantada na capital de Rondônia e; (c) processos que influenciaram mais decisivamente na expansão urbana, como os programas governamentais para resolução de problemas de ocupação agrícola, o período de exploração do ouro no rio Madeira e, mais recentemente, a aplicação das políticas do Programa de Aceleração do Crescimento –PAC. Este artigo de reflexão crítica, com abordagem compreensiva-interpretativa, utilizou uma revisão de literatura como método. Optamos por realizar consulta na biblioteca virtual de periódicos eletrônicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal de Periódicos Capes). Segundamente, após discussões e análise de diferentes sugestões no âmbito das oficinas, decidiu-se por adotar os indicadores presentes no bloco de vulnerabilidade social do ADH na medida em que esses indicadores abarcavam recortes das situações de vulnerabilidade que pretendia destacar. Para organizar os materiais encontrados, delineamos duas categorias operacionais com a leitura flutuante dos estudos. Com o referencial hermêutico-dialético, construímos tais categorias considerando nossos pré-conceitos em relação a temática. Após a realização da leitura pormenorizada dos trabalhos, definimos as seguintes categorias para proceder à investigação: (1) concepções de vulnerabilidade em saúde e assistência social; (2) influência das concepções de



vulnerabilidade nas práticas sociais. O conceito de vulnerabilidade social atinge também as políticas públicas de saúde e assistência social. Em saúde, a utilização do termo vulnerabilidade começou no início dos anos 1980, com os estudos sobre a síndrome da imunodeficiência adquirida (aids) compartilhando conceituações da área dos Direitos Humanos. Foram as características da evolução da epidemia, como a mudança no perfil das pessoas atingidas e variáveis socioeconômicas, que trouxeram à tona novas associações ao contexto da infecção, exigindo a redefinição das ideias individualizantes até então vigentes sobre os “grupos de risco”. A adoção do conceito de vulnerabilidade, em substituição ao de grupo de risco, aconteceu nesse processo, indicando a ampliação das chances e formas de acometimento pela doença pela totalidade da população (SCILELO,2017). Para que haja a superação da vulnerabilidade a proteção social tem que ser visibilizada e efetivada, pois vulnerabilidade e proteção caminham juntas, as famílias precisam do apoio do Estado para o desenvolvimento e proteção dos seus membros, é pela via da mão dupla que se poderá chegar a resultados mais efetivos, é preciso dar voz e vez às famílias, ouvir suas necessidades e demandas. Conhecer a potencialidade das famílias, trabalhar sua autonomia e empoderá-las é um meio para o enfrentamento e superação da condição de pobreza e vulnerabilidades, driblando a insegurança social que assombra muitas famílias frente a crise do capital que intensifica ainda mais as desigualdades sociais. As famílias em situação de pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais não têm por si só condições de anteparo social, tendo a esperança que o poder público assuma suas responsabilidades de reprodução e proteção social não deixando esse encargo exclusivamente para as famílias, que por sua vez, devem se tornar centrais na agenda das políticas públicas

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade Social. Grupo de Risco. Pobreza.